

Mais critérios para pagar o 14º salário

Paulo de Araujo/CB/D.A Press - 6/3/07

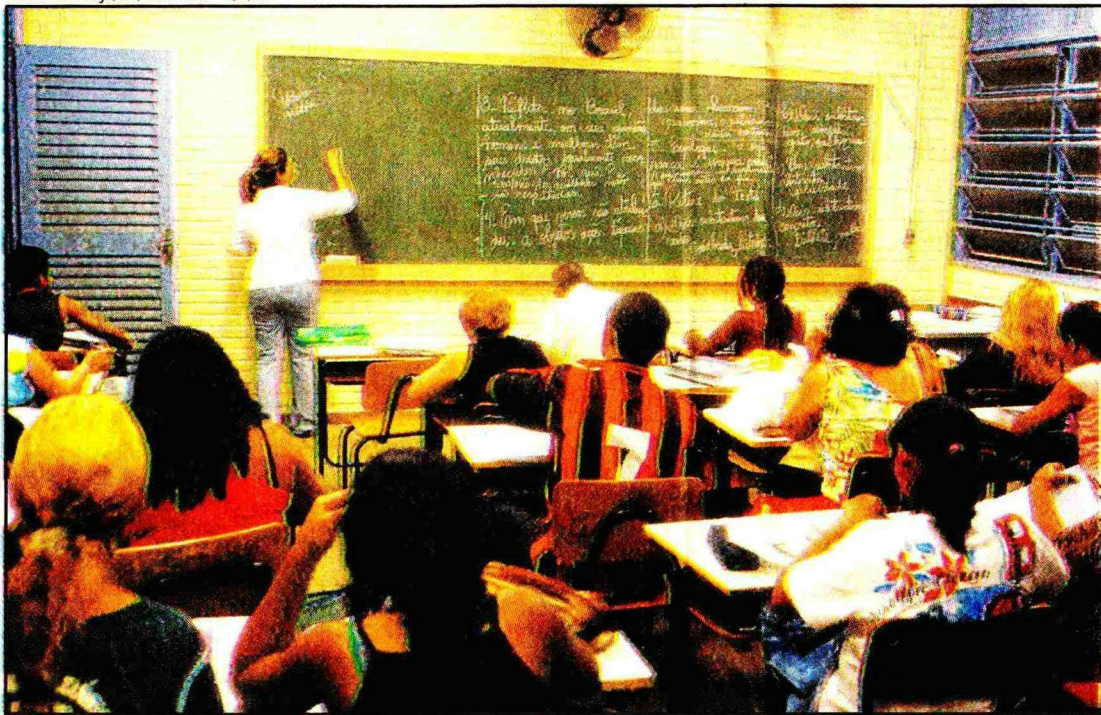
Professores e servidores terão direito ao abono, desde que, entre outras exigências, não tenham faltado sem justificativa acima de cinco vezes

» ERIKA KLINGL

O governo definiu os requisitos para o pagamento do 14º salário dos professores e servidores da rede pública de ensino. O Pró-Mérito — nome dado ao abono pago aos servidores que conseguem melhorar o desempenho dos alunos em sala de aula — não vai engordar a conta bancária de quem não foi trabalhar e não justificou a falta com, por exemplo, um atestado médico. A decisão foi tomada ontem em uma mudança de rumo das negociações entre as secretarias de Educação e de Planejamento. Até então, para receber o extra no fim do ano era preciso apenas estar trabalhando em uma escola que alcançou os índices de aprendizagem e aprovação, além da queda na evasão.

O secretário de Educação, José Luiz Valente, explica que o **aprendizado dos alunos** comprovado pelo Sistema de Avaliação de Desempenho das Instituições Educacionais (Siade), continua sendo o primeiro parâmetro para a liberação do Pró-Mérito. “Depois da definição das escolas que serão beneficiadas, passamos para o segundo ponto: quem receberá? Não pode ser quem entrou ontem nem quem faltou injustificadamente”, afirma Valente. Pela lei, todos os professores têm o direito de cinco dias de abono por ano, ou seja, podem ter cinco faltas injustificadas todo ano letivo. E se um docente, por exemplo, faltou seis dias este ano? “Não vai receber”, garante o secretário.

A exceção é permitida aos servidores que apresentaram justificativas legais para a falta como a licença médica avalizada pelo Centro de Perícia Médica do governo ou uma declaração de convocação para trabalho na Justiça Eleitoral. Conforme explica o secretário, também será levado em conta o período de trabalho do funcionário na escola. “Será exigido um prazo mínimo de oito meses na instituição de ensino para que o servidor receba”, completa. Caso um professor temporário trabalhe durante esse período em uma escola que atingiu os níveis exigidos, também receberá.



Docente em sala de aula: o valor do Pró-Mérito, como o dinheiro extra foi batizado, ainda não está definido

» SMS

Responda à enquete, via SMS, na tela do seu telefone celular: “Funcionários públicos devem receber 14º salário?”

» Para responder “sim”, envie SIM para 50006

» Para responder “não”, envie NAO para 50006

O custo é de R\$ 0,31 mais impostos por mensagem enviada

Boletim

As escolas devem apresentar melhora nas notas dos alunos nas provas de ciências, português e matemática quando for comparada a avaliação feita pelo governo local em outubro do ano passado com o resultado do exame do Ministério da Educação de 2007. Também serão avaliados outros dois critérios: queda nos índices de repetência e de evasão escolar calculados nos censos escolares de 2007 e 2008.

Mudança estrutural

A divulgação do 14º salário será feita pelo governador José Roberto Arruda assim que as duas secretarias vencerem o debate relacionado ao valor do abono e ao impacto financeiro da medida na folha do GDF. “O governador está mexendo estruturalmente

» Condições para receber o bônus

Escola

- » Recebe o bônus a escola que melhorar o desempenho dos alunos na comparação das provas de ciências, matemática e português do Sistema de Avaliação de Desempenho das Instituições Educacionais (Siade) de 2008 com a Prova Brasil de 2007, do Ministério da Educação
- » Também será levada em conta a queda nos índices de repetência e de evasão escolar a partir da comparação dos censos escolares de 2007 e 2008.
- » A Secretaria de Planejamento quer incluir no critério a economia feita pela escola nas contas de consumo a partir da descentralização do orçamento

Professores e servidores

- » É fundamental trabalhar em uma escola que conquistou o abono
- » Também será considerado o período mínimo de oito meses no quadro da escola
- » Será considerado o efetivo exercício na escola, ou seja, não serão aceitas faltas injustificadas além dos cinco dias de abono permitidos na lei
- » Os temporários também terão direito ao 14º salário, contanto que cumpram as mesmas exigências dos titulares

Regional de ensino

- » O 14º salário só será concedido aos que trabalham nas diretorias regionais de ensino se pelo menos 70% das instituições vinculadas à respectiva DRE alcançarem os índices.

Servidores da sede

- » Os servidores em exercício na sede da Secretaria de Educação só receberão o dinheiro se pelo menos 70% das instituições educacionais da rede pública atingirem os índices.

no sistema educacional com a mudança na escolha dos gestores da escola, investimentos nas instalações e com os projetos para motivar alunos e professores. A ideia é que o 14º seja um incentivo final no processo”, explica a secretária-adjunta, Eunice Santos.

Além dos critérios educacionais, a Secretaria de Planejamento apresentou como condição para o pagamento a exigência de que as instituições de ensino tenham feito economias em contas de consumo, como água, luz e telefone. Esse ponto ainda está em aberto.

Os servidores que estão nas

regionais de ensino também terão direito ao extra no fim do ano. Mas o repasse dependerá do desempenho das escolas do DF e não do próprio esforço. O 14º salário só será concedido a quem trabalha diretorias regionais de ensino se pelo menos 70% das instituições vinculadas às regionais alcançarem os índices. No caso dos servidores em exercício na sede da Secretaria de Educação, pelo menos 70% das instituições educacionais da rede pública de ensino precisam atingir os índices para que o bônus seja pago.